

Meta ambiciosa, porém insuficiente

Estamos diante de uma realidade triste, mas implacável: não podemos imprimir dólares. Se, de repente, não mais conseguirmos obter todas as divisas conversíveis de que precisamos, temos de reduzir nossos gastos em divisas. De fato, chegamos a essa situação, como acaba de reconhecer o ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, ao anunciar suas metas para 1983.

São metas extremamente ambiciosas, porém insuficientes para enfrentar nossa realidade cambial. O ministro da Fazenda pretende reduzir o déficit em transações correntes do balanço de pagamentos de, provavelmente, 14 bilhões de dólares neste ano para 8 a 8,5 bilhões, no próximo.

Isto é, pretende obter redução de 6 bilhões, ou de 42% em um ano. Nunca o Brasil conseguiu, em tão curto prazo, alcançar redução tão drástica. No entanto, se tal objetivo é absolutamente necessário, a verdade é que, sendo ambicioso, é insuficiente, em função do quadro geral de nossas relações econômicas internacionais.

O resultado das transações correntes depende de três fatores principais:

saldo da balança comercial, juros e dividendos pagos ao Exterior e saldo de outros serviços como fretes, transportes, seguros, viagens internacionais. Esses "outros serviços" dependem estreitamente, na realidade, da evolução das importações; e, mesmo que fosse possível fazer alguma economia na conta de viagens internacionais (o que se está fazendo com certa violência!), dificilmente se poderia reduzir esse déficit a menos de três bilhões de dólares.

A taxa de juros no mercado internacional deverá determinar, em grande parte, o déficit das transações correntes, pois, na realidade, é o maior gasto efetuado nos chamados "serviços" (em torno de 12 bilhões de dólares, neste ano). Ninguém, entretanto, pode afirmar que a tendência de baixa que se está verificando nos últimos meses para os juros no mercado financeiro internacional continuará ou cessará. Ao contrário, teme-se que a queda dos juros nos Estados Unidos seja apenas "eleitoral"... De qualquer modo, poderemos apenas assistir à evolução do mercado financeiro sem poder atuar nele.

Dai a importância do resultado da

balança comercial (saldo das exportações e importações). Sobre ele podemos atuar parcialmente, por intermédio do controle das importações. O ministro da Fazenda visa a um saldo de cinco a seis bilhões de dólares, cifra realmente ambiciosa. Não diz, porém, se para atingir tal objetivo pretende apenas aumentar as exportações, ou cortar violentamente as importações. Admitindo-se, para 1982, exportações no valor de 22 bilhões, pode-se imaginar um aumento de 20% em 1983, o que elevaria para 26,4 bilhões, então, as vendas ao Exterior. Tal crescimento não é impossível, mas depende de uma série de fatores sobre os quais não temos influência. Por exemplo, recuperação econômica dos países industrializados (provável, contudo muito limitada), alta do preço das *commodities* (dependente das taxas de juros) e recuperação econômica de nossos principais clientes do Terceiro Mundo (o que parece um sonho para 1983...).

Admitindo que as exportações aumentassem 20%, seria ainda necessário mantê-las em torno de 21,4 bilhões de dólares para obter superávit de cinco

bilhões. Isto significa que ficariam sensivelmente iguais às deste ano, em valor nominal. Caso as taxas de juros aumentem no mercado internacional, ou não seja possível expandir em 20% as exportações, teríamos de cortar ainda mais importações; e, para não provocar recessão violenta, racionar o consumo dos derivados de petróleo.

Reduzir o déficit em transações correntes será difícil, porém indispensável. Mas cabe perguntar se limitar esse déficit a 8,5 bilhões de dólares será suficiente. Nessas condições, teríamos de captar recursos externos no montante de 15,5 bilhões de dólares, levando em conta uma amortização de sete bilhões sobre o total da dívida. No clima internacional atual, será difícil contar com investimentos diretos superiores a um bilhão. Nessas condições, a dívida externa brasileira aumentaria 7,5 bilhões de dólares. Não se deve ter ilusões quanto a isso, pois, no máximo — e ainda com dificuldade —, será lícito esperar que se consigam renovar os empréstimos que vencem. A aritmética mostra que a renegociação da dívida se tornará inevitável...